



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA

**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DE
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA - PB
2024**

LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA

**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DE
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do título de Pedagoga sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adenize Queiroz de Farias.

**JOÃO PESSOA - PB
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Lilya Raquel Marinho e.

Uma investigação acerca dos processos de inclusão de estudantes com deficiência visual na Universidade Federal da Paraíba / Lilya Raquel Marinho e Silva. - João Pessoa, 2024.

42 f. : il.

Orientação: Adenize Queiroz de Farias.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Ensino superior. 2. Deficiência visual. 3. Inclusão. I. Farias, Adenize Queiroz de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 378.4(043.2)

LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA

**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DE
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA**

Aprovado em: 29 / 10 / 2024

BANCA EXAMINADORA

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

Prof.^a Dr.^a Adenize Queiroz de Farias
Orientadora (UFPB/CE)

Prof.^a Dr.^a Izaura Maria de Andrade da Silva
Examinadora (UFPB/CE)

Prof.^a Dr.^a Rosycléa Dantas Silva
Examinadora (UFPB/DLEM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Agradeço aos meus pais por todo apoio e esforço dedicados a mim, pelas palavras de sabedoria e carinho que me incentivaram por todo meu percurso acadêmico.

A minha irmã Livya, minha grande parceira, que torce e se alegra pelas minhas conquistas.

A minha orientadora, Adenize Queiroz, que me acolheu e me apresentou o mundo da inclusão.

Aos meus colegas de curso e extensão, que de alguma maneira me ajudaram a chegar aqui.

As professoras Izaura Maria e Rosycléa Dantas, que aceitaram compor a banca do meu TCC.

RESUMO

É notório que a presença de Pessoas com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior vem aumentando gradativamente no decorrer dos últimos anos. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de desenvolver ações que contribuam nos processos de inclusão e acessibilidade dos mesmos, a fim de garantir condições adequadas e igualitárias de vivência ao longo dos cursos de graduação e consequentemente possibilitem a efetiva conclusão. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo identificar as condições e o suporte oferecidos pela Universidade Federal da Paraíba aos estudantes com deficiência visual, tendo em vista o acesso, a permanência e a conclusão de seu curso, como suporte teórico foram utilizados os documentos legais (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2015; Brasil, 2016) e estudos sobre a inclusão da pessoa com deficiência (Diniz, 2007; Martins e Silva, 2022; Silva e Pimentel, 2022). Para tanto, esta investigação foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa tendo como instrumento de geração de dados a elaboração de um formulário online para obtenção de informações acerca dos estudantes alvo da pesquisa, além de encontros online através da plataforma *Google Meet* em que ocorreram as entrevistas, estabelecendo então, a Pesquisa de Campo. Deste modo, os resultados desta investigação nos revelam as dificuldades presentes nas relações entre docentes e demais colegas de turma, a convivência com as barreiras físicas e atitudinais, assim como, seu espaço de participação e protagonismo estudantil.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Deficiência visual; Inclusão; Acessibilidade.

ABSTRACT

It is evident that the presence of People with Disabilities in Higher Education Institutions has been gradually increasing over the last few years. This underscores the urgent need to develop initiatives that enhance their inclusion and accessibility, ensuring adequate and equitable living conditions throughout undergraduate programs and facilitating successful completion. Therefore, the present research aims to identify the conditions and support offered by the Federal University of Paraíba to students with visual impairments, focusing on access, permanence and course completion, legal documents were used as theoretical support. (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2015; Brasil, 2016) and studies on the inclusion of people with disabilities (Diniz, 2007; Martins and Silva, 2022; Silva and Pimentel, 2022). To this end, this investigation was carried out using a qualitative approach, using as a data generation instrument the creation of an online form to obtain information about the students targeted by the research, in addition to online meetings through the Google Meet platform in which the interviews, then establishing Field Research. In this way, the results of this investigation reveal the difficulties present in the relationships between professors and other classmates, coexistence with physical and attitudinal barriers, as well as their space for participation and student agency.

KEYWORDS: Higher Education; Visual impairment; Inclusion; Accessibility.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TCC	Trabalho de Conclusão do Curso
IES	Instituições de Ensino Superior
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
MEC	Ministério da Educação
TA	Tecnologia Assistiva
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
ONU	Organização das Nações Unidas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
NEDESP	Núcleo de Educação Especial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reglete e Punção.....	15
Figura 2 - Soroban.....	15
Figura 3 - Máquina de escrever braille.....	16
Figura 4 - Impressora braille.....	16
Figura 5 - Linha braille.....	17
Figura 6 - Lupas e ampliadores.....	17
Figura 7 - Plano inclinado.....	18
Figura 8 - Bengala.....	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DEFICIÊNCIA VISUAL E ENSINO SUPERIOR: O CAMINHO PERCORRIDO NO BRASIL.....	13
2.1 Estudantes com deficiência visual: quem são? e como aprendem?.....	13
2.2 O Ensino Superior no Brasil: legislação, direitos e conquistas alcançadas por estudantes com deficiência visual.....	19
2.3 A inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior: estudos relevantes.....	21
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
4.1 Ingresso e matrícula de estudantes com deficiência visual no ensino superior.....	26
4.2 Vivências e relacionamentos extra classe entre os estudantes com deficiência e colegas de sua turma.....	28
4.3 Estudantes com deficiência e a relação com os docentes no ensino superior.....	30
4.4 O espaço universitário e as adaptações necessárias para a inclusão de estudantes com deficiência visual.....	31
4.5 Estudantes com deficiência: protagonismo e participação acadêmica.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES.....	39
Apêndice A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	39
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	41
Apêndice C - Roteiro De Entrevista.....	43

1 INTRODUÇÃO

É notório que a matrícula de estudantes com Deficiência nas IES (Instituições de Ensino Superior) vem aumentando gradativamente no decorrer dos últimos anos, é o que aponta os dados contidos no relatório do Ensino Superior, disponibilizado pelo Ministério da Educação, Brasil (2022), em que consta o quantitativo de 63.404 matrículas no ano de 2021, um grande aumento se comparado com o ano de 2018 que contabilizou 43.633 matrículas.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de desenvolver ações que contribuam nos processos de inclusão e acessibilidade dos mesmos, a fim de proporcionar condições adequadas e igualitárias de vivência ao longo dos cursos de graduação e conseqüentemente possibilitem a efetiva conclusão do respectivo curso. Sales e Torres (2022), afirmam que a garantia da inclusão de Pessoas com Deficiência nas IES faz parte da ampliação do acesso a todos os níveis de escolarização por parte desses indivíduos, como promulga a Constituição Federal, Brasil (1988), quando determina a educação como um direito de todos.

Desse modo, a presença de Pessoas com Deficiência e, no caso deste estudo, aquelas com deficiência visual, no meio acadêmico implica na necessidade de desenvolvimento de estruturas, materiais, além de atendimentos especializados que as auxiliem ao longo desse trajeto.

Para tanto, no propósito de garantir condições plenas de inclusão e acessibilidade, foram implementados alguns dispositivos legais, tais como o Decreto nº 5.296/2004, Brasil (2004), que determina a garantia de condições de acesso e utilização de instituições de ensino, e que mais tarde deu origem ao Programa Incluir voltado para as Instituições de Ensino Superior, o mesmo propõe a criação de núcleos de acessibilidade com o objetivo de eliminar as barreiras pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais, Brasil (2005). Destacamos ainda a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, Brasil (2015), que tem o objetivo de assegurar e promover condições de igualdade e direitos fundamentais para Pessoas com Deficiência visando sua inclusão social e cidadania. E por fim a Lei nº 13.406/16, que facilitou o acesso de Pessoas com Deficiência ao Ensino Superior, Brasil (2016).

Com base nestes dispositivos legais, voltamos nossa atenção para a Universidade Federal da Paraíba - UFPB Campus I, que conforme dados fornecidos pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), até o ano de 2022 atendia 4.372

necessidades específicas, sendo 133 de deficiência visual. Em razão das suas especificidades, tais estudantes necessitam de um atendimento educacional especializado e de uma estrutura arquitetônica adaptada para recebê-los. Considerando o contexto e os elementos supracitados, levantamos o seguinte questionamento: Como a Universidade Federal da Paraíba auxilia estudantes com deficiência visual ao longo de sua trajetória acadêmica a fim de assegurar o êxito nos processos de acesso, permanência e conclusão do curso de graduação ?

Posto isso, a realização da presente investigação é de suma importância para a inclusão dos estudantes com deficiência visual presentes na Universidade Federal da Paraíba, pois intenciona averiguar a efetivação dos direitos e garantias que corroboram para o acesso, permanência, aprendizagem e posteriormente a conclusão de seus respectivos cursos.

Portanto, não basta apenas propiciar o ingresso dos mesmos no contexto acadêmico, é também necessário acompanhar regularmente como se tem efetivado esse processo, desde a sua acolhida, até o entrosamento e participação nas diferentes disciplinas, com os docentes e demais colegas, para então identificar os inúmeros obstáculos cotidianamente experienciados por esses estudantes.

É nessa perspectiva que almejamos proporcionar suporte, por meio das discussões efetivadas nesta pesquisa, à Universidade Federal da Paraíba na garantia de uma verdadeira educação inclusiva, entendendo quais pontos necessitam melhorar, mudar ou reformular, possibilitando igualdade, qualidade e dignidade aos estudantes público alvo dessa pesquisa ao longo de seu percurso acadêmico.

Ademais, é importante salientar que a causa motivadora deste estudo se deu por meio das experiências vivenciadas pela autora desta pesquisa ao longo de suas participações em projetos de pesquisa e extensão que tiveram como objeto de investigação estudantes com deficiência na UFPB. Nos quais, pôde ter contato com diferentes relatos e perspectivas das reais circunstâncias sobre o que é ser pessoa com deficiência visual na Universidade.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em identificar as condições e o suporte oferecidos pela Universidade Federal da Paraíba aos estudantes com deficiência visual tendo em vista o acesso, participação, permanência e a conclusão de seu curso.

Como objetivos específicos, elegemos os seguintes:

- Investigar as dificuldades experienciadas por discentes com deficiência visual em cursos de graduação no tocante ao relacionamento e vivências.
- Registrar experiências e desafios apontados pelos estudantes com deficiência visual ao serem recebidos pelos docentes em sala de aula.
- Averiguar as adaptações arquitetônicas, de mobiliário e de materiais didáticos fornecidos no espaço universitário.
- Enfatizar a importância da participação dos discentes com deficiência enquanto voz ativa e atuante na comunidade universitária.

A estrutura deste texto está organizada da seguinte maneira: o capítulo teórico traz definições acerca da deficiência visual, além da legislação, direitos e conquistas alcançadas por estes estudantes no ensino superior brasileiro, concluindo com estudos relevantes que já foram realizados em torno deste tema. Na sequência apresentamos a metodologia, os resultados, as discussões e as conclusões obtidas a partir deste estudo.

2 DEFICIÊNCIA VISUAL E ENSINO SUPERIOR: O CAMINHO PERCORRIDO NO BRASIL

Neste capítulo, dedicado ao estudo teórico acerca da temática que envolve a presente investigação, abordamos o caminho percorrido por estudantes com deficiência visual para a sua inclusão no Ensino Superior brasileiro. Para iniciar, descrevemos como se dá a aprendizagem de estudantes cegos e com baixa visão. Na sequência, dialogamos acerca do Ensino Superior, da legislação, dos direitos e das conquistas alcançadas por estudantes com deficiência visual. Para finalizar o capítulo elencamos algumas importantes pesquisas já realizadas acerca desta temática.

2.1 Estudantes com deficiência visual: quem são? e como aprendem?

Os estudantes alvo deste estudo apresentam como uma especificidade a deficiência visual, segundo Lourenço et al. (2020 p.1), “ a deficiência é caracterizada pela perda total ou parcial da capacidade visual de um ou dos dois olhos. Trata-se de uma condição que não pode ser corrigida ou melhorada com o uso de lentes ou de tratamento clínico ou cirúrgico”. Assim sendo, este tipo de deficiência engloba diferentes grupos e necessidades, dentre elas, cegueira, baixa visão ou visão subnormal e a visão monocular.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a cegueira é definida como “uma alteração grave ou total de uma ou mais funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente.” (Brasil, 2007, p.15).

Já quando se fala da condição de baixa visão ou visão subnormal Conde (2016, p.1), a descreve como “aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos” à exemplo de lupas e ampliadores digitais.

No Brasil, recentemente foi sancionada a Lei 14.126/21, Brasil (2021), a qual reconhece a visão monocular, ou seja, a pessoa que enxerga apenas por um olho, como deficiência visual, tendo em vista que a mesma afeta a locomoção, noções de distância, profundidade e a coordenação motora.

Entretanto, além dos aspectos biológicos relacionados à deficiência visual, o dia a dia destes estudantes é marcado por barreiras e estigmas sociais que segundo Diniz (2007), giram em torno de um equivocado senso comum, o qual define a

pessoa com deficiência como alguém defeituoso ou incapaz, em virtude do estranhamento ou aversão diante daquilo que é considerado como diferente do “normal”.

Conseqüentemente, esse quadro impõe à pessoa com deficiência um lugar à margem social, invisibilizando suas reais necessidades de inclusão e acessibilidade, caracterizando assim, o Capacitismo, preconceito socialmente estabelecido em relação às pessoas com deficiência.

o capacitismo está presente em situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não serem percebidos e questionados (Vendramin, 2019, p.07)

Desse modo, o capacitismo influencia diretamente no processo educacional, tendo em vista que as capacidades da pessoa com deficiência visual são constantemente subestimadas em razão de sua condição. Nesse sentido, Vygotsky, autor da teoria histórico-cultural que aponta a influência das interações sociais no desenvolvimento do indivíduo, foi um grande defensor da capacidade de aprendizado da pessoa com deficiência, o mesmo ainda afirma que “Todas as crianças podem aprender e se desenvolver [...] as mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental.” (Vygotsky apud Costa, 2006 p. 234).

Sendo assim, com base no pensamento vygotkiano, pode-se afirmar que pessoas com deficiência possuem a capacidade para aprender, porém, com um tempo e de maneiras diferentes. Para tanto, o uso de recursos que proporcionem suporte e autonomia ao longo dos processos educacionais e da vida cotidiana são importantes agentes de inclusão. Com esse propósito, a LBI nos apresenta a Tecnologia Assistiva (TA) como:

[...]produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2015)

Com isso, entende-se que Tecnologia Assistiva é um conjunto de recursos,

dispositivos, ou metodologias que propiciam uma melhor qualidade de vida e autonomia. No caso da deficiência visual pode-se destacar algumas TA utilizadas no cotidiano e também como ferramentas educacionais:

- Reglete e Punção:

A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas braille em sua superfície. O punção é um instrumento em madeira ou plástico com ponta metálica para perfuração, Brasil (2007).

Figura 1 - Reglete e Punção



Fonte: Brasil (2007).

- Soroban:

Instrumento semelhante ao ábaco utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas, Brasil (2007).

Figura 2 - Soroban



Fonte: Brasil (2007).

- Máquina de escrever braille:

Trata-se de uma máquina de escrever, tem seis teclas básicas

correspondentes aos pontos da cela braille, um mecanismo prático de escrita, Brasil (2007).

Figura 3 - Máquina de escrever braille



Fonte: Brasil (2007).

- Impressora braille:

Impressora de textos em braille com diferentes capacidades e velocidades de produção, Brasil (2007).

Figura 4 - Impressora braille



Fonte: Tecassistiva (2024).

- Linha braille:

Espécie de computador e máquina braille, o mesmo permite a leitura através dos pontos em alto relevo de telas de tablets, computadores e celulares, Brasil (2024).

Figura 5 - Linha braille



Fonte: Brasil (2024).

- Leitores de tela:

Programas de leitores de tela com síntese de voz, configurados para usuários cegos e baixa visão, os mesmos possibilitam a navegação na internet através de aparelhos eletrônicos. Para computadores destacamos o Programa DOSVOX e o Software JAWS, em celulares contamos com TALKBACK em sistemas ANDROID e o VOICEOVER para sistemas IOS, Brasil (2007).

- Lupas e ampliadores:

Utilizados para ampliar o tamanho de fontes para a leitura, Brasil (2007).

Figura 6 - Lupas e ampliadores



Fonte: Brasil (2007).

- Plano inclinado:

Carteira com a mesa inclinada para que o aluno possa realizar as atividades com maior conforto visual, Brasil (2007).

Figura 7 - Plano inclinado



Fonte: Ampla Visão (2024).

- Audiodescrição:

Técnica de narração e tradução audiovisual utilizada para tornar o teatro, o cinema e a TV acessíveis para pessoas com deficiência visual, Brasil (2020).

- Bengala:

A bengala longa é usada por pessoas com cegueira e baixa visão para auxiliar na locomoção, a mesma auxilia na identificação do percurso e de obstáculos, Brasil (2024).

Figura 8 - Bengala



Fonte: Brasil (2024).

Por se tratarem de ferramentas importantes, os recursos descritos acima são indispensáveis para a aprendizagem de estudantes com deficiência visual, particularmente no período da alfabetização e em toda a educação básica. Em muitos casos, a ausência desses recursos gera para os estudantes uma série de prejuízos que resultam em inúmeras dificuldades de acesso à leitura, escrita e compreensão de informações o que, por vezes , pode comprometer a sua permanência no Ensino Superior, que, como veremos a seguir, se trata de um direito assegurado pela legislação brasileira a estes estudantes.

2.2 O Ensino Superior no Brasil: legislação, direitos e conquistas alcançadas por estudantes com deficiência visual

O percurso histórico da pessoa com deficiência visual no Brasil é marcado por um longo período de invisibilidade social, isso se deve à predominância de uma concepção patológica acerca de suas especificidades, decorrente de um modelo médico que, segundo Diniz (2007), caracterizou a deficiência como uma consequência natural de uma lesão no corpo, implicando na necessidade constante de cuidados médicos. Desse modo, as necessidades de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência visual foram historicamente negligenciadas por se acreditar que as mesmas não seriam incapazes de contribuir ou participar socialmente.

Por outro lado, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por uma série de movimentos que reivindicavam mudanças em razão do lugar ocupado por pessoas com deficiência na sociedade. Nesse sentido, se iniciaram novos debates acerca da experiência com a deficiência. De acordo com Diniz (2007), as discussões giravam em torno do fato da deficiência não ser consequência somente de suas lesões, mas sim, dos entraves sociais aos quais a pessoa está sujeita. A partir dessa concepção tais pessoas não tinham a oportunidade de trabalhar suas capacidades em total potencial e assim contribuir com a comunidade, então, como seria possível afirmar que toda a experiência estava fundada no corpo? Com isto, a deficiência também passa a ser compreendida como um processo sociológico, iniciando dessa forma, as discussões sobre o modelo social, que diferente do modelo médico, identifica a deficiência como resultado da indiferença e opressão social, barreiras que se sobrepõem muito além dos fatores biológicos.

À vista disso, as reivindicações dos movimentos da década de 1980 atuaram

em prol do reconhecimento dos mesmos como cidadãos com direitos e deveres, assim como qualquer outro brasileiro sem deficiência. Sobre esse viés, elencamos importantes dispositivos legais que registram o avanço da inclusão e acessibilidade na sociedade, em especial no contexto educacional. Para iniciar, abordamos a Constituição Federal (Brasil, 1988), apresentando como um de seus objetivos a garantia de direitos básicos da pessoa com deficiência, entre eles, o direito à educação inclusiva, como se pode constatar no artigo 208, inciso III que assegura o dever do Estado com a oferta do atendimento especializado às pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Na década seguinte, surge a Declaração de Salamanca, um importante documento de renome internacional, mas que teve grande influência no Brasil, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), resultante da conferência mundial sobre necessidades educativas especiais de 1994. Segundo Reis (2010), o documento visa fornecer diretrizes para a produção de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, conforme as reivindicações dos movimentos da época.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 (Brasil, 1996). Como o próprio nome informa, a mesma define as diretrizes e normas que devem ser seguidas no sistema educacional brasileiro. No caso dos estudantes com deficiência, TEA, Altas habilidades e Superdotação esta Lei em seu capítulo quinto define a Educação Especial como: “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996). Formação de professores em nível médio e superior, além de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, também são condições asseguradas pela LDB a fim de efetivar a educação inclusiva em nosso país.

Em se tratando do Ensino Superior, ressaltamos o Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004) que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 (Brasil, 2000), as mesmas priorizam o atendimento de pessoas com deficiência em Instituições de Ensino estabelecendo normas e critérios de acessibilidade. Logo, com o propósito de pôr em prática as especificações do referido Decreto é implementado o Programa Incluir (Brasil, 2005), este objetiva atuar nas Instituições Federais de Ensino Superior promovendo a criação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade, os quais

desempenham a função de incluir a pessoa com deficiência na vida acadêmica.

No tocante ao ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior é importante citar a Lei nº 12.711/12 (Brasil, 2012), popularmente conhecida como Lei de Cotas, cujo objetivo é contribuir na reparação histórica de grupos minoritários prejudicados socialmente em virtude de sua raça, etnia ou classe social. Nesse sentido, a Lei nº 13.406/16 (Brasil, 2016), vem para complementar a Lei de 2012 ao entender que as pessoas com deficiência também devem fazer parte do grupo contemplado pelas cotas.

No âmbito local, destacamos a Resolução nº 34/2013 (Brasil, 2013) que institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba

Na mesma perspectiva, temos a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15 (Brasil, 2015), destinada a assegurar e proporcionar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, não apenas no campo da educação mas também do trabalho, saúde, moradia, lazer e mobilidade. Especificamente em relação ao Ensino Superior, o também denominado estatuto da pessoa com deficiência estabelece a disponibilização de formulários de inscrição, assim como de provas e exames em formato acessíveis, além da disponibilização de recursos e condições de acessibilidade durante sua realização, tendo ainda assegurado tempo adicional e acesso preferencial às unidades de Ensino Superior (Brasil, 2015).

Ao analisar os dispositivos legais supracitados, é possível perceber uma maior abertura política decorrente de ações dos movimentos iniciados no final da década de 1970 se consolidando nas décadas seguintes propiciando, com isso, a criação de todo este marco legislativo, que tem contribuído para uma maior visibilidade das necessidades, e conseqüentemente, para uma maior inclusão e participação social da pessoa com deficiência visual.

2.3 A inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior: estudos relevantes

Como resultado de todo o percurso histórico-social dos movimentos envolvendo estudantes com deficiência visual que possibilitaram uma abertura política mais abrangente e consciente das necessidades deste público, emerge uma série de estudos no que tange ao Ensino Superior e a sua inclusão nessa etapa de

ensino. Foram realizados diversos estudos acerca dessa temática tão relevante, nos quais se busca investigar e compreender como ocorre esse processo, quais mudanças e adaptações são imprescindíveis para garantir que esse público possa ingressar, permanecer e concluir seus respectivos cursos em equidade com os demais estudantes sem deficiência.

De acordo com o estudo de Martins e Silva (2022), intitulado “Diálogos estabelecidos entre a inclusão de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior e a formação docente”, aponta os debates acerca da inclusão no Ensino Superior que têm enfatizado a democratização do acesso, estratégias de permanência e a participação ativa destes estudantes, destacando as demandas que possam assegurar estes princípios, como a transformação estrutural, curricular, metodológica e de práticas pedagógicas. Essas mudanças acabaram evidenciando o contexto de exclusão da pessoa com deficiência visual, pois elucidaram as condições de negligência e invisibilidade em que estes estudantes estavam inseridos.

Por sua vez, Silva e Pimentel (2022) através do artigo “A inclusão no Ensino Superior: vivências de estudantes com deficiência visual”, enfatizam ainda mais a necessidade de atender as demandas de adaptação que venham garantir acessibilidade aos estudantes com deficiência visual nesta etapa de ensino. As pesquisadoras identificaram que estudantes com deficiência visual enfrentam diariamente desafios relacionados à infraestrutura, estratégias metodológicas e relacionamentos interpessoais. Conforme os resultados apontados pelo estudo, isso se deve ao fato dos parâmetros de inclusão definidos pelos documentos legais não estarem sendo aplicados de maneira correta. Esse contexto nos revela uma carência de materiais orientadores que possam auxiliar as instituições a concretizar a inclusão tal qual consta na legislação.

Outro importante elemento para a garantia do sucesso acadêmico de estudantes cegos e com baixa visão, são as adaptações no espaço conforme a necessidade de aprendizagem e locomoção apresentadas por estes estudantes. A este respeito, e a partir da pesquisa denominada “Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática”, Pereira, et. al. (2016) afirma que as adaptações e a disponibilidade de acomodações influenciam diretamente na performance acadêmica. Deste modo, as instituições e os professores que se mostram mais abertos e conscientes para proporcionar um

ambiente mais acessível para o aprendizado promovem melhores condições de permanência e sucesso acadêmico nas IES.

Silva e Silva (2022), por sua vez, nos ajudam a compreender como deve ocorrer a inclusão nas IES. De acordo com as autoras que realizaram um estudo nomeado “Educação inclusiva e educação em direitos humanos: concepções e práticas pedagógicas com um aluno cego”, a Educação Inclusiva é um processo heterogêneo em permanente construção. As mesmas concluíram que este processo não se limita a uma questão de socialização, pois esta condição reforçaria o estereótipo de incapacidade, portanto, o estudante com deficiência visual deve estar incluso nas atividades acadêmicas em sua totalidade como indivíduo participante, possibilitando assim, sua aprendizagem de forma plena e efetiva.

Para que isto ocorra, torna-se necessário ampliar as discussões acerca das barreiras atitudinais. No estudo “Barreiras atitudinais: obstáculos e desafios à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior”, Ribeiro (2016) reflete como este tipo de barreira vem gerando grandes obstáculos para a permanência de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior, pois se configura nas atitudes sociais voltadas para a pessoa com deficiência no cotidiano, tais barreiras consistem ainda na subestimação das capacidades, sentimento de pena, rejeição, medo e visão da deficiência como um todo e não como uma especificidade da pessoa. Assim, os resultados do estudo evidenciam que a barreira atitudinal muitas vezes pode ser considerada a maior delas, tendo em vista que se torna a base para gerar todas as demais barreiras.

A partir dos estudos apresentados acima, conclui-se que a permanência do estudante com deficiência visual nas IES implica na constante reconstrução dos processos de inclusão e acessibilidade, levando em conta a participação e o papel desempenhado por estes, no sentido de interagir e colaborar para a construção do conhecimento, bem como na melhoria dos relacionamentos entre professor, aluno e ambiente. Entretanto, para que isso aconteça de forma adequada são necessárias as devidas adaptações estruturais, curriculares, pedagógicas e arquitetônicas. Ademais, é importante salientar que todos estes estudos apontam que a inclusão do estudante com deficiência visual no Ensino Superior não está limitada ao seu acesso, mas implica em um conjunto de fatores que corroboram para a sua participação, permanência e conclusão do curso.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista que os estudantes com deficiência já se fazem presentes nos diversos campi e centros da UFPB, e ainda, com o propósito de delimitar a construção desta pesquisa, a presente investigação possui como lócus o Centro de Educação (CE), onde foi possível observar a presença de estudantes com deficiência visual. Desse modo, a tendência social deste estudo nos levou a abordar a temática partindo de um viés qualitativo, buscando compreender as peculiaridades das experiências entre indivíduo e instituição, como especifica Medeiros (2012), ao afirma que:

Por meio desta modalidade de pesquisa é possível compreender sobre o universo simbólico e particular das experiências, comportamentos, emoções e sentimentos vividos, ou ainda, compreender sobre o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições. (Medeiros, 2012, p.224).

Assim, como método para a geração de dados, se fez uso da Pesquisa de Campo que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), permite que o pesquisador possa utilizar diversas técnicas de investigação, dentre elas a entrevista, a fim de recolher os diferentes depoimentos dos sujeitos envolvidos com o objeto de estudo. Gonçalves (2001), completa este argumento ao apontar que a Pesquisa de Campo promove maior proximidade entre o pesquisador e o pesquisado.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (Gonçalves, 2001, p. 67).

Com base nestas orientações metodológicas, a pesquisa foi desenvolvida a partir da formulação de um questionário online, aplicado entre 25 e 30 de Setembro de 2024, um dos instrumentos que nos permitiu recolher informações prévias sobre os estudantes alvo da pesquisa.

Além disso, a fim de complementar o processo de geração de dados, também foram realizadas entrevistas individuais por meio de encontros *online* através da plataforma *Google Meet*, as entrevistas ocorreram entre os dias 10 e 13 de Outubro, com uma duração média de 30 minutos, para uma melhor análise das falas dos

estudantes as entrevistas foram transcritas.

Como a geração de dados foi realizada de forma virtual é importante mencionar que os métodos utilizados seguem as normas do Ofício Circular nº 2/2021, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que estabelece as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual (Brasil, 2021).

No roteiro das entrevistas, (cf. Apêndice C), foram abordados elementos relacionados à inclusão, acessibilidade e vivências particulares dos estudantes com deficiência visual em seu respectivo curso na qual os estudantes permitiram sua gravação para posterior estudo.

Ressaltamos que os entrevistados foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Cf. Apêndice B) e concordaram com as medidas de sigilo e análise de dados, nele contidas.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, adotamos nomes fictícios para mencionar os estudantes ao longo da análise da pesquisa, sendo:

- João - homem com cegueira total adquirida, cinquenta anos de idade, estudante de Pedagogia.
- Maria - mulher com baixa visão congênita, trinta e cinco anos de idade, estudante de Pedagogia.
- José - homem com cegueira total adquirida, cinquenta anos de idade, estudante de Pedagogia.

De posse dos dados, o passo seguinte foi organizá-los, tratá-los e analisá-los sob o olhar de estudiosos da área da deficiência em articulação com pesquisadores que discutem inclusão e acessibilidade no Ensino Superior.

É importante destacar ainda, que esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética e aprovada, estando de acordo com todos os critérios exigidos pelo comitê, conforme o parecer número: 6.968.691 (Cf. Apêndice A).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será realizada a análise das falas dos estudantes com deficiência visual entrevistados, tendo como base discursiva os elementos teóricos apresentados anteriormente. Como ponto de partida, abordaremos o ingresso no Ensino Superior e a escolha do curso, em seguida será explorada a relação dos estudantes com seus colegas de curso e docentes, a partir disso iremos debater sobre a necessidade de adaptações de materiais e no espaço físico. Por fim, destacamos a questão do protagonismo e da participação acadêmica.

4.1 Ingresso e matrícula de estudantes com deficiência visual no ensino superior

A presente investigação contou com a participação de três estudantes com deficiência visual, sendo dois homens cegos e uma mulher com baixa visão, os quais estão se graduando no curso de Licenciatura em Pedagogia oferecido pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, em João Pessoa.

O primeiro questionamento dirigido a estes estudantes foi em relação ao ingresso no Ensino Superior, todos afirmaram terem realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizando a Lei de Cotas, Brasil (2012), como forma de ingresso na UFPB. Quando interrogados sobre a motivação que resultou na escolha do curso, os estudantes demonstraram interesses profissionais, de afinidade, como também, a falta de opção de cursos para se candidatar:

Na verdade eu fiz minha opção de curso para pedagogia, porque assim, tem mais oportunidades né? No meu ponto de vista, né? Você pode atuar como um professor da Educação Infantil, mas você pode atuar como pedagogo gestor e etc. (Entrevista João, 2024)

Então, eu comecei a trabalhar na FUNAD, foi meu primeiro emprego, lá eu fazia material adaptado, material em braille, era para usar com alunos das escolas regulares, a gente adaptava os livros didáticos, e aí eu comecei a entrar pelo caminho da educação. E aí com o tempo eu mudei de setor e fui ensinar braille para pessoas com deficiência, e eu gosto de fazer, eu gosto assim, de ensinar, é algo que eu gosto. E aí eu comecei a pensar na pedagogia. (Entrevista Maria, 2024)

Pensava entrar em direito, tentei geografia, também não foi possível, aí o único curso que tava com uma nota compatível para mim era pedagogia à noite. (Entrevista José, 2024)

De acordo com Bezerra (2021), o processo de escolha do curso é algo delicado, o sentimento de talvez ser a única oportunidade de mudar de vida, o sonho a ser seguido, fazer diferente daqueles que vieram antes, são aspectos que possuem grande peso na hora da escolha. Entretanto, o que muitas vezes pode ser determinante neste momento, são as barreiras que possam vir a surgir em virtude das limitações, não apenas em decorrência da deficiência, mas também a possibilidade ou não, de aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação em uma profissão.

Posteriormente, perguntamos sobre a acolhida fornecida pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) ao ingressarem na Universidade. É importante ressaltar que o CIA foi criado a partir das determinações do Programa Incluir (Brasil, 2005), tendo como objetivo oferecer suporte na inclusão de estudantes com deficiência no espaço acadêmico.

Na verdade eu que tive que procurar saber onde era, busquei todas as informações assim que encontrei. (Entrevista João, 2024)

Eu fiz a minha matrícula e prontamente o CIA me ajudou, já me falou do Nedesp, o núcleo de acessibilidade né, que tem dentro do CE. (Entrevista Maria, 2024)

Não, não sabia desse comitê não, uma moça que era funcionária do Nedesp lá na impressão braille foi quem me falou, aí eu fui atrás. (Entrevista José, 2024)

Através dos relatos dos entrevistados, é possível perceber que houve uma falha no mapeamento dos estudantes com deficiência ingressantes por parte do CIA, ficou evidente que nem todos foram alcançados no momento da matrícula, o que, no caso dos nossos entrevistados, ocorreu nos anos 2017, 2016 e 2018 respectivamente, sendo necessário buscar informações por terceiros. Desse modo, até que se tomasse conhecimento do comitê, os entrevistados ficaram um determinado tempo da sua graduação sem o suporte oferecido pelo CIA.

Questionamos também, se além do CIA os estudantes conheciam outros núcleos ou grupos ligados a inclusão dentro da Universidade, os mesmos informaram fazer uso apenas do Núcleo de Educação Especial (Nedesp) pertencente ao Centro de Educação, o mesmo atua a mais de trinta anos

oferecendo atendimento pedagógico e adaptações de materiais aos estudantes com deficiência visual.

Nesse sentido, observamos algumas barreiras nos processos de ingresso, escolha dos cursos e matrícula dos estudantes com deficiência visual, tendo em vista que em decorrência das limitações de atuação profissional ou de médias de ingresso excludentes, as opções de curso são reduzidas. Outro dado relevante, é que apesar da existência de núcleos e comitês de inclusão e acessibilidade, nem todos os estudantes são alcançados e atendidos no início da graduação, tornando-se necessário identificar o porquê alguns estudantes têm informação e acesso a estes suportes e outros não.

4.2 Vivências e relacionamentos extra classe entre os estudantes com deficiência e colegas de sua turma

Ao longo da história, as relações entre deficiência e sociedade possuem uma certa complexidade, que ocorre em virtude das concepções e estigmas equivocados em torno desta condição. De acordo com Ribeiro (2016), os estigmas voltados para a pessoa com deficiência visual demonstram um caráter depreciativo, isso ocorre pelo fato da identidade do indivíduo ser associada à deficiência e não as suas características enquanto pessoa. Essa dinâmica pode resultar no afastamento por parte das pessoas de um determinado círculo social, dessa maneira, a possibilidade de conhecer outros atributos do indivíduo que vão além da deficiência, é anulada.

Diante disso, as relações entre os estudantes com deficiência visual e demais colegas de curso foram debatidas ao longo das entrevistas, sendo os mesmos questionados sobre como era a vivência com os demais colegas e se já haviam experienciado alguma situação de exclusão:

Tem momentos que somos excluídos até mesmo quando se trata de trabalho em grupo. Na universidade, infelizmente a gente se depara com essas situações, eu me deparei sim com isso, e tive que ir até a professora e falar com ela, eu disse: professora tá se passando isso e isso e eu gostaria que a senhora pensasse em uma alternativa, e ela foi bem tranquila, falou que não fui prejudicado e fiz uma atividade individual. (Entrevista João, 2024)

Eu digo a você que eu não consegui fazer um amigo. Os meus amigos sempre eram os meus apoiadores, mas dentro da sala não consegui, porque eles não falavam comigo. Sempre que era para fazer trabalho em grupo, a professora perguntava: alguém pode fazer com Maria? (Entrevista Maria, 2024)

Você está do meu lado e você não fala comigo, você pode não ter assunto para conversar, as vezes não sabe o que falar, muitas pessoas tem esse receio de falar, sempre por não saber chegar, né? Então, eu sempre participei desse princípio, se você é minha colega tá sentada do meu lado e você tá calada eu converso com você e assim vai criar o vínculo. Tem pessoas que não enxerga que acha que se você não falar, você é preconceituoso, tem pessoas que tem esse ponto de vista, eu não vejo dessa forma, tem algumas pessoas que tiveram más experiências e acaba ficando um pouco mais na defensiva né? Já eu procuro viver a cegueira da forma mais leve possível. (Entrevista José, 2024)

Os relatos dos estudantes nos mostram que cada experiência acadêmica é singular, podendo ser interpretada de diferentes maneiras. Nos casos de João e Maria, foram relatados episódios de exclusão em atividades que envolviam a formação de grupos, sendo necessário algum tipo de intervenção por parte dos docentes. Desse modo, fica evidente a presença de Barreiras Atitudinais que, segundo Ribeiro (2016), caracterizam estas situações de subestimação das capacidades cognitivas, a rejeição e o receio de criar relações com estes estudantes. Por outro lado, temos o relato de José que busca fazer uma leitura diferente desses contextos, o mesmo almeja a quebra desse paradigma tomando, ele próprio, a iniciativa para a construção dessas relações.

Também foi indagado sobre a participação dos estudantes em grupos de estudo, pesquisa e extensão, apenas José afirmou participar de um grupo de extensão relatando sua experiência:

É uma extensão voltada para psicologia, a gente atua fora da Universidade em uma comunidade, a gente trabalha a educação popular também. Esse projeto é no sábado às 14 horas, eu encontro a turma, os outros alunos, no shopping e de lá a gente vai para a comunidade, então a gente faz as atividades para as crianças e os adolescentes também. A professora é maravilhosa e quando eu cheguei lá eu deixei claro né, a minha cegueira total, mas a professora me acolheu sem problemas e sempre tem um aluno que me oferece ali o braço para me conduzir até a comunidade. (Entrevista José, 2024)

A partir dos relatos de José, observamos que é possível a criação de relações extra classe com outros estudantes do espaço acadêmico, entretanto, destacamos a necessidade de se construírem oportunidades para que isso ocorra. Como vimos no contexto descrito, a convivência de José com os outros alunos da extensão, possibilitou a quebra de estigmas acerca de sua deficiência.

4.3 Estudantes com deficiência e a relação com os docentes no ensino superior

Entende-se a figura do professor como o grande agente mediador entre o aluno e o aprendizado, como também, das relações que possam surgir nas vivências em sala de aula. Nesse sentido, o processo de inclusão de estudantes com deficiência visual está intimamente relacionado à ação mediadora do professor, portanto, esse processo deve se iniciar com o planejamento, sendo desenvolvido durante a execução das aulas, na aplicação de atividades até a promoção de momentos de interação que propiciem conhecer a pessoa para além da deficiência, revelando sua capacidade de contribuir de forma significativa para a construção do conhecimento, o que poderá se realizar de maneira individual ou coletiva.

Sobre esta temática, os estudantes alvo deste estudo nos apresentam suas experiências com docentes no Ensino Superior. Quando interrogamos sobre sua relação com estes professores e se houveram experiências de exclusão os entrevistados afirmaram:

Ocorreu em algumas disciplinas que eu paguei porque tem coisas que na verdade nós ficamos impedidos, entendeu? E o professor não encontrou uma forma de adaptar a atividade, ele disse que eu teria que me virar com a minha apoiadora. Foi uma atividade que envolvia mapas, se não me engano, foi um mapa contando da questão do percurso que eu fazia da minha casa até chegar à universidade, e assim, não foi uma atividade acessível, nem eu nem a apoiadora estávamos entendendo como era para fazer. (Entrevista João, 2024)

Encontrei uma professora que ela levava muitos filmes legendados, eu disse: professora eu tenho baixa visão, ela falava: há, fique ai com sua apoiadora eu não tenho condição de mudar minha aula só por causa de você não, mas aí foi só essa professora mesmo. Já os outros professores falavam assim: eu vou aprender a lhe ensinar com você. Então, por mais que o CIA falasse, faltava capacitação para esses professores, têm alguns professores mais antigos que eles são um pouco resistentes, mas sempre tem ali alguns outros que apesar de não saber, procuram aprender, eles estão abertos. (Entrevista Maria, 2024)

Tem uma disciplina, e a professora trabalhou um período com filme e muitas vezes era em inglês, eu já tinha apoiador na época e até a minha apoiadora tinha dificuldade de ler a legenda para mim, porque é rápido, eu tinha dificuldade. Não cheguei a falar com a professora não, porque pelo discurso dela, dava para perceber que ela não estava aberta ao diálogo. Mas foi só essa professora, era do primeiro período. (Entrevista José, 2024)

Com base na fala dos estudantes, constatamos que todos, de alguma maneira, passaram por situações de exclusão por parte de alguns docentes, ficando

evidente que estes episódios foram ocasionados pela resistência em relação à mudança. De acordo com Martins e Silva (2022), são recorrentes as falas e atitudes de resistência oriundas do corpo docente, isso ocorre pela falta de conhecimento e embasamento teórico-prático que inviabiliza a flexibilização das práticas pedagógicas.

Destacamos ainda, no relato de Maria que, embora a mesma tenha vivenciado a recusa de uma professora em incluí-la na aula, está encontrou professores que apresentaram atitudes contrárias, considerando que, apesar de não possuírem os saberes necessários, estavam dispostos a aprender. Sobre esse contexto Martins e Silva (2022), enfatizam a necessidade de reflexão sobre a formação inicial e continuada de professores do Ensino Superior, evidenciando a capacitação docente como um fator que possibilita o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência visual, tendo em vista uma maior qualificação para conviver com as diferenças.

4.4 O espaço universitário e as adaptações necessárias para a inclusão de estudantes com deficiência visual

As adaptações do espaço universitário que envolvem a estrutura e materiais pedagógicos são aspectos garantidos pelos dispositivos legais que abordam a acessibilidade para pessoas com deficiência no Ensino Superior. De acordo com Pereira, et. al. (2016), quando as instituições se mostram mais adeptas a aquilo que consta nas determinações legislativas as mesmas se tornam capazes de oferecer uma estrutura mais propícia para o aprendizado e desenvolvimento da autonomia do estudante.

Com base nisso, foi perguntado aos estudantes se os mesmos consideram ou não, o Centro de Educação um espaço acessível para pessoas com deficiência visual:

Melhorou, mas ainda deixa a desejar, uma pessoa cega mesmo, você não poder ter acesso até a sala de aula, porque você não tem sinalização, não tem coisas indicando para você. Outra coisa, são aquelas rampas lá, com a folga, caso o cara se desequilibre, você cai, e assim, é um prédio antigo que precisa de reformas. Tem também a falta de piso tátil que quando chega em um determinado ponto, acaba. (Entrevista João, 2024)

Olha, eu acho que poderia ser melhor, você vê que não tem o piso tátil, deveria ter placas de sinalização nas portas e tudo mais. Eu preciso perguntar a alguém qual é a sala. (Entrevista Maria, 2024)

Em relação a piso tátil, não. Eu tenho o meu mapa mental, tento não depender muito da apoiadora. Agora, falta sinalização em braille nas salas. (Entrevista José, 2024)

Levando em consideração as colocações dos entrevistados, pode-se entender que a estrutura do Centro de Educação não apresenta condições adequadas para a locomoção e promoção de autonomia para os estudantes, sendo a falta do piso tátil e a sinalização em braille os elementos mais enfatizados. A condição do centro, descrita pelos estudantes, se encaixa nos moldes das barreiras arquitetônicas descritas por Sasaki (2009), barreiras estas, que geram insegurança para se movimentar em alguns espaços.

Ainda tendo em mente as necessidades de acessibilidade, não só arquitetônica, mas também de caráter pedagógico, questionamos aos estudantes sobre o acesso a recursos e materiais adaptados:

Eu utilizo o leitor de PDF, mas sempre que eu preciso do braille eu tenho acesso lá no Nedesp, mas acabo usando mais o leitor de PDF, porque como são textos muito longos, quando você passa para o braille fica muito extenso. (Entrevista João, 2024)

Eu conto com o Nedesp que sempre me ajudou quando eu precisei, o professor bota o texto no sigaa, o meu apoiador baixa e manda para os transcritores fazerem a adaptação, é bem tranquilo, mas uso mais o leitor de tela. (Entrevista Maria, 2024)

Eu tenho acesso aos textos em braille e digitalizado, para ouvir no celular, e o CIA também tem computador pra pegar emprestado, mas eu nunca fiz, porque é muita responsabilidade, tem que assinar um monte de termo. (Entrevista José, 2024)

Os relatos acerca da adaptação de materiais e acesso a recursos, já apresentam um contexto mais positivo, o que se pode atribuir aos esforços do Núcleo de Educação Especial, as falas dos estudantes deixam bem claro o suporte que recebem do núcleo. Observa-se também a contribuição do CIA com o empréstimo de aparelhos tecnológicos que possam auxiliar os estudantes em trabalhos acadêmicos. Por fim, ressaltamos a evolução e o acesso mais facilitado às tecnologias assistivas (Brasil, 2015), às mesmas proporcionam maior comodidade e

agilidade no acesso às informações. Tais iniciativas, tecnológicas e humanas, são consideradas decisivas para aumentar as chances de sucesso durante a permanência e conclusão do curso no Ensino Superior.

4.5 Estudantes com deficiência: protagonismo e participação acadêmica

A garantia da participação de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior está relacionada com as condições de inclusão que são oferecidas nas Instituições de Ensino. De acordo com Sasaki (2009), a inclusão é um processo de adequação de ambientes sociais, os quais se tornam próprios para atender toda diversidade humana, destacando a participação dos próprios indivíduos na construção dessas adequações. Este é um dos objetivos deste estudo, intencionamos promover experiências de participação exitosas ao trazer a fala desses estudantes relatando suas experiências no Ensino Superior, e assim, possibilitar melhores condições de inclusão no espaço acadêmico, indicadas por eles mesmos.

Desse modo, enfatizamos o protagonismo destes estudantes nas discussões acadêmicas e perguntamos aos entrevistados se os mesmos se consideram possuidores de voz e espaço na Universidade:

Acredito que isso vai muito dos reitores, de aceitarem as propostas dos alunos, tem muitos que não aceitam, é do jeito que eles querem e acabou [...] poderia haver mais união e cumplicidade. (Entrevista João, 2024)

A gente precisa ter mais espaço, mais voz, precisa melhorar. [...] a comunidade já esteve mais unida, hoje tá meio parado, é mais cada um por si e Deus por todos nós. Tem também, os professores da área de Educação Especial, inclusive professoras com deficiência [...] então, já houve uma evolução, mas ainda precisa melhorar. (Entrevista Maria, 2024)

Se for para solicitar, reivindicar melhorias, mais acessibilidade, eu acho as pessoas cegas muito desunidas, não brigam pelos direitos, eu vejo as outras deficiências mais unidas, conseguem mais benefícios, porque eles lutam mais pelos seus direitos. (Entrevista José, 2024)

A fala dos entrevistados nos revela um contexto de desunião presente na comunidade dos estudantes com deficiência visual, a falta de engajamento relatada, resulta na paralisação do movimento no processo de reivindicação por mais direitos e melhorias. No que se refere à voz estudantil, temos a declaração de Maria que se diz representada pelos docentes da área da educação especial, em específico pelas

professoras que apresentam algum tipo de deficiência, assim como ela. Também foi pontuada a resistência da direção das instituições em acatar medidas inclusivas, o que é comprovado nos relatos anteriores, em que é descrito o não cumprimento de medidas garantidas por Lei, à exemplo da acessibilidade atitudinal e arquitetônica. Em suma, fica claro que falta mais protagonismo por parte dos estudantes, afinal, como exigir, se não há ação para isso.

Tendo em vista, a falta de interação entre os estudantes com deficiência visual, a Universidade já vem desempenhando esforços a fim de reunir a comunidade. Para tanto, projetos como o “Inclusão em foco”,¹ que atua em parceria com o CIA organizando palestras, rodas de conversa e cursos, objetivam fortalecer as relações entre os estudantes.

Diante do exposto, persiste o desafio de fortalecer a participação dos estudantes com deficiência dentro da comunidade acadêmica, o que é um desafio a ser enfrentado pelo próprio segmento, com o intuito de possuir uma maior participação e conseqüentemente uma maior visibilidade de suas lutas no contexto do Ensino Superior.

¹ O projeto “Inclusão em Foco” é uma ação de extensão que atua em parceria com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), o mesmo objetiva fortalecer o processo de inclusão universitária e social dos estudantes com deficiência da UFPB, através de cursos/capacitações. Mais informações podem ser encontradas na rede social do projeto @inclusãoemfoco.pcd

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vigente estudo buscou fundamentações teóricas que descrevessem a deficiência visual e suas especificações de acordo com os elementos discutidos pelo Modelo Social, que considera as limitações sociais muito mais excludentes que as biológicas. Sendo assim, as Tecnologias Assistivas vieram para proporcionar possibilidades de autonomia em atividades pedagógicas e do cotidiano, quebrando estigmas, antes utilizados para questionar a capacidade da pessoa com deficiência visual. Nesse ínterim, tendo sido reconhecidas as possibilidades de contribuição social da pessoa com deficiência, foram constituídos movimentos que reivindicavam uma maior abertura política para este público, resultando no Marco Legal da deficiência que possuímos hoje.

Tais elementos contribuíram diretamente na presença da pessoa com deficiência no Ensino Superior, levando a construção de diversos estudos, à exemplo deste próprio, que buscou investigar as condições e os suportes oferecidos à estudantes com deficiência visual no espaço acadêmico. Para tanto, as falas dos próprios estudantes a respeito desse cenário foram de grande relevância, pois trazem o retrato da realidade vivenciada por cada um.

Sendo assim, esta pesquisa promoveu reflexões diante do contexto de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual, abordando as possibilidades de acesso e o processo da matrícula, as dificuldades presentes nas relações entre docentes e demais colegas de turma, a convivência com as barreiras físicas e atitudinais, assim como, seu espaço de participação e protagonismo estudantil. Com isso, concluímos que os resultados deste estudo possuem grande potencial para auxiliar a comunidade acadêmica no desenvolvimento de melhores condições de acolhimento para este público, mediante os dados apresentados.

Ressaltamos ainda, os limites que marcaram a construção da presente pesquisa, dentre os quais, destacamos o fato de apenas o Centro de Educação ter sido contemplado pela mesma. Diante desse fato, e tendo em vista os consideráveis aumentos nas matrículas de estudantes com deficiência no Ensino Superior, os resultados desta investigação apontam para a necessidade de ampliar os estudos acerca dessa temática, seja nos demais centros e campi da UFPB, seja em outras Universidades de nossa região. Com isso, esperamos ampliar o panorama no que diz respeito ao processo de conclusão do curso, bem como das condições de permanência e participação no Ensino Superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMPLA VISÃO, **Plano Inclinado**. Disponível em: <<https://lojaamplavisao.com.br/produto/plano-inclinado-suporte-para-leitura-copia/?srsltid=AfmBOoqEI-XFvgYndmiKxLIVPGRo4B8uZJvS2rDikLWSYU2zPpmAejDJ>> Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BEZERRA, Andreza Vidal. **O capacitismo na experiência feminina: a trajetória de uma estudante cega no Ensino Superior**. João Pessoa, 2021.

BRASIL. **Circular nº 2/2021**. Brasília, DF. Disponível em: https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/1_-_oficio_circular_2_2021_ambiente_virtual.pdf.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.048/00**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.098/00**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.711/12. Lei de Cotas**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.406/16. Brasília, DF, 2016**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13406.htm.

BRASIL. **Lei nº 14.126/21. Visão monocular visão como deficiência sensorial**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm.

BRASIL. **Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. **Linha Braile**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/ibc-170-anos/por-dentro-do-ibc/equipamentos/linha-braille>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

/seesp /arquivos /pdf /aee_dv .pdf .

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei sancionada que define núcleos de bengala para identificar níveis de deficiência visual**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/sancionada-lei-que-define-cores-de-bengala-para-identificar-niveis-de-deficiencia-visual> .

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> .

BRASIL. **Programa Incluir**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir> .

BRASIL. **Resolução nº 34/ 2013**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/menu/cia-2/resolucoes/resolucao-que-institui-a-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-na-ufpb-e-cria-o-cia.pdf/view>.

CIA. **Comitê de Inclusão e Acessibilidade em números 2022**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-em-numeros-2022.pdf/view> .

CONDE, Antônio João Menescal. **Definição de Cegueira e Baixa Visão**. Instituto Benjamin Constant. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://antigo.abc.gov.br/educacao/71-educacao-basica/ensino-fundamental/258-definicao-de-cegueira-e-baixa-visao> .

COSTA, Dóris. SUPERANDO LIMITES: uma contribuição de Vygotsky para a Educação Especial. **Rev Psicopedagogia**, 2006.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LOURENÇO, Erica A. Garrutti et al. **ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL**: orientações para o ensino superior. Coleção área da Deficiência Visual. 1ª edição, Postal de Acessibilidade UNIFESP, São Paulo, 2020.

MARTINS, Lisiê; SILVA, Luzia. **Diálogos disponíveis entre inclusão de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior e na formação docente**. In: SILVA, Luzia. Educação inclusiva: diálogos entre teoria e prática. 1ª edição. Natal: EDUFRN, 2022.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, pág. 1-2, abril/junho, 2012.

PEREIRA, Rosamaria et. al. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 54, pág. 147-160,

jan. 2016.

REIS, NMM **Declaração de Salamanca**. Trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. **Barreiras atitudinais: obstáculos e desafios à inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior**, 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, mar./abr., p. 10-16, 2009.

VENDAS, Iago; TORRES, Josiane. Inclusão de estudantes com deficiência visual em uma universidade Federal Mineira. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-23, Santa Maria, dezembro, 2022.

SILVA, Jailma; PIMENTEL, Adriana. A inclusão no Ensino Superior: vivências de estudantes com deficiência visual. **Rev. Brás**. Ed. Esp., v. 28, pág. 121-138, 2022.

SILVA, Linda; SILVA, Luzia. **Educação inclusiva e educação em direitos humanos: concepções e práticas pedagógicas com um aluno cego**. In: SILVA, Luzia. Educação inclusiva: diálogos entre teoria e prática. 1ª edição. Natal: EDUFRN, 2022.

TECASSISTIVA, **Impressora Braille**. Disponível em: <<https://www.tecassistiva.com.br/cegueira/impressoras-braille-formulario-contiuo/>> Acesso em 20 de Outubro de 2024.

VENDRAMIN, Carla. **Repensando mitos contemporâneos: o Capacitismo**. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos, 2019.

APÊNDICES

Apêndice A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

Pesquisador: Adenize Queiroz de Farias

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 79693524.8.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.968.691

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRIGIDO_LILYA_COMOBS.pdf	25/07/2024 15:09:47	Luciane Spinelli de Figueiredo Pessoa	Aceito
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	22/07/2024		Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Básicas do Projeto	OJETO_2334266.pdf	00:07:32		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_LILYA.pdf	22/07/2024 00:05:13	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRIGIDO_LILYA.pdf	22/07/2024 00:04:15	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito
Outros	ANUENCIA_LILYA.pdf	25/06/2024 19:11:29	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	25/06/2024 19:05:39	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	10/05/2024 10:46:11	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	10/05/2024 10:39:37	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito
Folha de Rosto	1715346276847.pdf	10/05/2024 10:32:39	LILYA RAQUEL MARINHO E SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA**,

As pesquisadoras Lilya Raquel Marinho e Silva e Adenize Queiroz de Farias convidam você a participar da pesquisa intitulada “UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Objetivo da pesquisa

Esta pesquisa tem por objetivo identificar as condições e o suporte oferecidos pela Universidade Federal da Paraíba aos estudantes com deficiência visual tendo em vista o acesso, a permanência e a conclusão de seu curso.

Metodologia

Para a realização desta investigação será feito o uso da Pesquisa de Campo como ferramenta de coleta de dados, desse modo serão elaborados formulários para obtenção de informações acerca dos estudantes alvo da pesquisa, além de encontros tanto online por meio da plataforma Google Meet, como também presenciais.

Riscos ao(à) Participante da Pesquisa

Os riscos da participação na pesquisa são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto ou constrangimento ao responder o questionário que lhe será apresentado durante a entrevista, para que isso não venha ocorrer será escolhido um local privado, sem a presença de pessoas alheias ao estudo.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa

Auxiliar o meio acadêmico a identificar os aspectos positivos e negativos que envolvem a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência visual nas Instituições de Ensino Superior. E assim, promover uma melhor experiência de participação e aprendizado para os indivíduos em questão

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Lilya Raquel Marinho e Silva (Pesquisadora).
Discente do curso de pedagogia na Universidade Federal da Paraíba.
Email: lilyaraquel2000@gmail.com
Telefone de contato: (83) 98735-2649

Adenize Queiroz de Farias (Orientadora).
Docente lotada no Departamento de Habilitações Pedagógicas - CE/UFPB.
Email: adenize.queiroz@gmail.com
Telefone: (83) 98894-3184

Endereço e Informações de Contato da Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Campus I - Cidade Universitária / CEP: 58051-900 - João Pessoa/PB
Telefone: +55 (83) 3216-7200
E-mail: prgufpb@gmail.com
Horário de funcionamento: de 07h às 19h.
Homepage: <https://www.ufpb.br>

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB
Telefone: +55 (83) 3216-7791
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.
Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

Apêndice C - Roteiro De Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como foi seu processo de ingresso na UFPB, quais meios você utilizou ?
2. Como foi a escolha do seu curso ?
3. No momento da matrícula você recebeu assistência do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) ?
4. Além do Cia você conhece outros núcleos/grupos de acessibilidade e inclusão ?
5. Em sala de aula, como você é recepcionado pelos docentes, já houve alguma forma de exclusão/discriminação por parte dos mesmos ?
6. Como é seu relacionamento com os demais colegas do curso, você se sente incluído pelo grupo ?
7. Você tem acesso a recursos, materiais adaptados para uso em sala de aula ?
8. Você participa de outras atividades extracurriculares, PIBIC, EXTENSÃO, GRUPOS DE ESTUDO ?
9. Você considera a estrutura do Centro de Educação acessível para uma pessoa com deficiência visual ?
10. Você considera que a pessoa com deficiência visual tem espaço/voz no meio acadêmico ?